

Contratação de um Professor do

Grupo de Recrutamento 620

Horário 9

(de acordo com o artigo 39º, do decreto-lei nº 132/2012, de 27 de junho)

1. Identificação da modalidade do contrato

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

2. Identificação da duração do contrato

Temporário – 6 horas

3. Identificação do local de trabalho

Agrupamento de Escolas de Alter do Chão

4. Caracterização das funções

Lecionação da disciplina de Educação Física aos 7º anos.

5. Requisitos de admissão

São admitidos a concurso os candidatos com habilitação profissional no grupo 620.

6. Critérios de seleção

Critério 1. Graduação Profissional nos termos do n.º 1, do artigo 11º, do decreto lei n.º 132 / 2012, de 27 de Junho (ponderação de 50%)

Critério 2. Avaliação Curricular (ponderação de 50%):

A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada:

a) Habilitações académicas (ponderação 20%):

- I. 4 pontos – bacharelato;
- II. 8 pontos – licenciatura / especialização;
- III. 12 pontos – pós-graduação;
- IV. 16 pontos – mestrado;
- V. 20 pontos – doutoramento.



Nota: a valoração das habilitações académicas será efetuada no grau académico mais elevado, não havendo lugar à acumulação de pontos, nos casos em que o candidato apresente mais do que uma habilitação.

b) Anos de experiência profissional (ponderação 20%):

- I. 5 pontos – até 3 anos de experiência profissional;
- II. 10 pontos – até 6 anos de experiência profissional;
- III. 15 pontos – até 9 anos de experiência profissional;
- IV. 20 pontos – mais de 9 anos de experiência profissional.

c) Ações de formação (ponderação 10%):

- I. 5 pontos – até 25h de formação nos últimos 3 anos;
- II. 10 pontos – até 50h de nos últimos 3 anos;
- III. 15 pontos – até 75h de formação nos últimos 3 anos;
- IV. 20 pontos – até 100h de formação nos últimos 3 anos.

Agrupamento de Escolas de Alter do Chão, 5 de setembro de 2013

A Presidente da Comissão Administrativa Provisória

(Maria José Nunes)